

# O Programa de Garantia de Empregos e o dilema kaleckiano: Uma leitura à luz da experiência do plano Rehn-Meidner.

Caio Vilella<sup>1</sup>  
Eduardo F. Bastian<sup>2</sup>

## Resumo

Minsky (1965) formulou uma proposta de Programa de Garantia de Empregos visando promover o pleno emprego junto com um Estado de Bem-estar social por meio de uma oferta estatal e totalmente elástica de trabalho. No entanto, o conjunto das obras de Michal Kalecki apresenta a situação de pleno emprego da força de trabalho como algo tecnicamente possível, mas politicamente evitada devido ao antagonismo das classes, o que chamamos aqui de “dilema kaleckiano”. À luz deste dilema, o presente trabalho buscou no plano sueco Rehn-Meidner (elaborado em 1951) lições de institucionalidades que possam ser reproduzidas por um Programa de Garantia de Empregos a fim de conciliar o conflito de classes e amenizar a oposição capitalista. Por fim, concluímos o trabalho ressaltando a importância de que tal Programa adote um conselho central tripartite de barganha para determinar os salários pagos e destacamos, ainda, que a adoção paralela de controle do fluxo de capitais e taxação de lucros extraordinários podem aumentar a capacidade de o Programa lidar com sucesso com o “dilema kaleckiano”, assim como o plano Rehn-Meidner o fez.

**Área Temática:** 7) ESTADO, TRABALHO e POLÍTICAS PÚBLICAS

## 1 Introdução

O conjunto das obras de Michal Kalecki nos leva a um dilema entre o que seria economicamente viável, mas politicamente combatido: a situação de pleno emprego. Mesmo que o autor tenha desenvolvido os caminhos teóricos que poderiam conduzir e manter a economia em seu nível de pleno emprego por meio de déficits orçamentários e distribuição de renda<sup>3</sup>, ele destacou que aspectos políticos dificultariam a eliminação dos ciclos<sup>4</sup>. Desta forma, o desafio consistiria em encontrar um caminho para o pleno emprego que minimize a eventual, mas quase certa, oposição política dos capitalistas (KALECKI, 1944[1990]). Chamaremos este desafio de “*dilema kaleckiano*”<sup>5</sup> e sua superação é algo imperativo para viabilizar a ambição de alcançar simultaneamente o pleno emprego e estabilidade de preços.

Outro teórico econômico do século XX que demonstrava preocupação com ciclos e pleno emprego era Hyman Minsky. Mais conhecido por sua explicação dos ciclos por meio da “hipótese da instabilidade financeira”, Minsky (1986) desenvolveu uma proposta de política econômica em que o governo é responsável por uma demanda infinitamente elástica de trabalho. Recentemente, esta proposta de Minsky foi revisada por pesquisadores próximos ao autor e recebeu a alcunha de

---

<sup>1</sup> Professor substituto e doutorando do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Contato: caio.vilella@ufrj.br.

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Contato: eduardobastian@ie.ufrj.br.

<sup>3</sup> ver Kalecki, 1944[1990].

<sup>4</sup> ver Kalecki, 1943.

<sup>5</sup> O termo *dilema kaleckiano* foi proposto por Harcourt (2006). Segundo ele este dilema se expressaria na diferença entre a economia política da condução de uma economia ao pleno-emprego e a economia política da manutenção de uma economia em pleno-emprego. Tal dilema seria fruto de que, em um contexto de pleno-emprego, a classe capitalista se torna crescentemente desconfortável com a situação, uma vez que o pleno emprego empodera - em termos políticos, sociais e econômicos - o trabalho em detrimento do capital (HARCOURT, 2006, p.147). Na verdade, Kalecki afirma que tanto chegar ao pleno emprego quanto manter a economia em pleno emprego são desafiantes, uma vez que, em ambos os casos há oposição dos líderes industriais. Nós vamos utilizar termo *dilema kaleckiano* em um sentido mais amplo que o de Harcourt (2006) - e mais fiel ao original de Kalecki- uma vez que ele capta a ideia de que há limites políticos ao pleno emprego. Ou seja, mesmo havendo conhecimento técnico sobre como fazer uma economia chegar e se manter no pleno emprego, haverá resistências a políticas desta natureza, estabelecendo um dilema que governos têm que enfrentar.

*Programa de Garantia de Empregos (PGE)*. Nesta proposta revisitada, a demanda por trabalho do setor público visaria eliminar a pobreza e promover um sistema de bem-estar social em que todos(as) que estiverem aptos(as) e dispostos(as) a trabalhar por um salário base<sup>6</sup> teriam acesso a uma ocupação que visaria produzir bens e serviços a serem consumidos localmente.

A proposta de um PGE tem sido amplamente debatida nos últimos anos. Kriesler et al. (2020) estudaram os aspectos políticos de tal Programa e apontaram a eliminação completa da possibilidade de desemprego como possível fator intensificador do conflito distributivo. Neste contexto, os autores mencionam a possibilidade de tal eliminação ser compensada por uma mudança no “*índice de barganha*”. Tal índice, segundo os autores, representaria o grau da participação da classe trabalhadora no processo de barganha salarial e relações trabalhistas. Quanto maior for a participação desta nas negociações, menor será o *índice de barganha*, ou seja, menos propensos os trabalhadores estarão a intensificar o conflito distributivo para questionar as condições trabalhistas e seus salários.

Tymoigne (2013) e Tcherneva (2018) também dedicam parte de seus trabalhos para falar dos aspectos políticos. Tymoigne (2013) reconhece a dificuldade de implementar tal Programa em um contexto político favorável à mínima intervenção estatal, mas menciona brevemente o exemplo dos programas de emprego estadunidense do *New Deal* (na década de 1930) para concluir que a dificuldade não seria insuperável. Tcherneva (2018, p.62) cita outros exemplos históricos de atenuação do dilema kaleckiano, dentre os quais o caso escandinavo. Mas tanto Tymoigne (2013) como Tcherneva (2018) não investigam as instituições que permitiram estes casos históricos.

Aproveitando esta agenda de pesquisa colocada por Kriesler et al (2020) e Tcherneva (2018), este trabalho revisitará as principais institucionalidades de um plano econômico que conseguiu lidar com o dilema kaleckiano para elencar possíveis fatores que influenciaram o índice de barganha. O plano Rehn-Meidner (elaborado nas décadas de 1950 e 1960) conciliou pleno emprego com estabilidade de preços por mais de duas décadas<sup>7</sup> na Suécia do pós-segunda guerra mundial. Assim, o objetivo do presente artigo é, a partir do sucesso do plano Rehn-Meidner (RM) em lidar com o *dilema kaleckiano* na segunda metade do século XX, buscar lições para uma implantação bem-sucedida de um PGE nos dias de hoje.

O artigo está organizado em mais quatro seções além desta introdução. Na próxima seção apresentaremos o dilema kaleckiano contrastando os caminhos econômicos para o pleno emprego com os aspectos políticos destacados por Kalecki (1943), mas já introduzindo também a mencionada leitura de Kriesler et al. (2020). Na terceira seção exploraremos o caso sueco do plano RM, que

---

<sup>6</sup> Tcherneva (2020) não estabelece um critério objetivo para o nível do salário base, mas sugere que seria o nível que permitisse a subsistência do trabalhador com bens e serviços básicos como alimentação, moradia e saúde.

<sup>7</sup> Consideraremos que a estabilidade de preços sueca diante um sistema em pleno emprego seria evidência de estabilidade no conflito, já que pressupomos que inflação seja a ferramenta utilizada para solucionar conflitos distributivos (para mais detalhes, ver Lavoie (2014, cap. 8)).

constitui um exemplo histórico de uma economia que conseguiu exitosamente lidar com o dilema kaleckiano durante décadas. Na quarta seção faremos a leitura do PGE como um caminho distinto dos descritos por Kalecki (1944[1990]) e capaz de incorporar institucionalidades que reproduzam as lições do estudo de caso sueco a fim de aumentar o índice de barganha social e reduzir a intensidade do conflito. Finalmente, a quinta e última seção será responsável por trazer as considerações finais.

## **2 Os caminhos para o pleno emprego e o Dilema Kaleckiano**

Ciente de que a economia capitalista precisa de “estímulos externos” para se atingir e manter o pleno emprego, Kalecki sugere três caminhos a serem seguidos até tal ponto: estímulos aos gastos privados, déficits públicos e/ou distribuição de renda. O autor, no entanto, se mostra cético a capacidade de manter o pleno emprego apenas por estímulos aos gastos privados. Para resolver teoricamente o problema do desemprego, Kalecki (1944[1990]) aponta os gastos deficitários e a distribuição de renda como caminhos alternativos. Assim, para evidenciar a viabilidade teórica de suas proposições, Kalecki (1944[1990]) desenvolve seu raciocínio de forma a eliminar uma a uma as restrições teóricas quanto ao: 1) financiamento do déficit, quanto 2) ao efeito sobre a taxa de juros e 3) à inflação.

Kalecki (1944[1990]) evidencia que um governo soberano<sup>8</sup>, ao decidir gastar, sempre gerará uma poupança líquida de igual valor. Sendo assim, mantendo a lógica do gasto preceder a renda, o autor chama a atenção para o autofinanciamento do gasto público. Para Kalecki (1944[1990], p.360):

[...] a poupança líquida é sempre igual ao déficit público mais o investimento líquido privado: seja qual for a situação econômica, bem como para todo o nível de preços, salários, ou taxa de juros. Todo nível de déficit público e investimento líquido privado produzirá necessariamente um montante equivalente de poupança para financiar estes dois itens [tradução livre do original].

Uma vez que o financiamento de uma política de pleno emprego poderia ser feito via dívida sem que implicasse em aumento de juros<sup>9</sup>, o próximo passo seria tratar sobre a possibilidade deste arranjo gerar inflação. Kalecki (1944[1990]), então, descarta um efeito duradouro do déficit sobre inflação de demanda<sup>10</sup>, dada a manutenção do nível da taxa de juros, argumentando que o alto nível de demanda induziria a expansão proporcional da capacidade de oferta. Kalecki (1944[1990]) sugere que o gasto público seja direcionado para a compatibilização das estruturas de oferta e de demanda da economia, o que poderíamos classificar como um gasto “desinflacionário”.

Por outro lado, a inflação de custos seria algo importante a considerar caso a aproximação do pleno emprego aumente o poder de barganha dos trabalhadores ao ponto que faça os salários

---

<sup>8</sup> Esta qualificação quanto a soberania monetária não é feita originalmente por Kalecki (1944[1990]) por não ser um termo contemporâneo ao autor. Mas de acordo com os termos do debate colocado a partir de Wray (1998) é facilmente verificável de que Kalecki (1944[1990]) estava se referindo a um ente emissor de sua própria moeda soberana.

<sup>9</sup> Em defesa deste argumento, Kalecki (1944[1990]) menciona a atuação do Banco Central Inglês durante o período de guerra em que, apesar dos maiores dos déficits recorrentes, seguia mantendo o juro em patamares baixos.

<sup>10</sup> Inflação de demanda é o fenômeno de aumento geral e persistente dos preços provocado por excesso de demanda sobre uma dada capacidade de oferta.

crecerem mais do que a produtividade do trabalho. Kalecki (1944[1990]) chama atenção para este fator como um possível gatilho inflacionário mediante ao risco de uma resposta empresarial em subir preços visando manter sua participação relativa na renda. Para Kalecki (1944[1990], p.362):

Se, no entanto, a taxa salarial crescer mais do que a produtividade do trabalho, arranjos precisarão ser feitos para prevenir o descontrole dos preços. Se as medidas necessárias não forem tomadas, a classe trabalhadora em conjunto não se beneficiará; pois o crescimento da taxa de salários nominais será acompanhado do conseqüente aumento do nível de preços. Ademais, uma elevação repentina dos preços poderá ser disruptiva em uma economia de pleno emprego [tradução livre do original].

Depois de demonstrar que os obstáculos ao pleno emprego via déficits governamentais não seriam intransponíveis do ponto de vista técnico, Kalecki (1944[1990]) apresenta um segundo caminho: o da distribuição da renda<sup>11</sup>. Dado que a propensão marginal a consumir do grupo de menor renda é maior do que o grupo mais abastado, uma política distributiva que transferisse renda do segundo para o primeiro grupo conseguiria aumentar a propensão média a consumir e, assim, o multiplicador dos gastos autônomos<sup>12</sup>. O autor também faz apontamentos sobre a taxação do consumo capitalista combinado com o subsídio de consumo das massas como forma de ajudar a manter o volume de arrecadação sem afetar o nível do multiplicador. Nestes casos, para um mesmo nível de gastos autônomos, teríamos uma renda de equilíbrio mais próxima do pleno emprego.

O pleno emprego, portanto, seria acessível e capaz de aumentar a massa de salário dos trabalhadores, massa de lucro e, possivelmente, até a taxa de lucro dos empresários (a depender da produtividade), mas ainda assim enfrentaria forte oposição da classe proprietária de capital. Kalecki (1943), então, elenca três motivos pelos quais a classe capitalista se oporia ao pleno emprego, são eles: oposição ao gasto público; oposição à geração de empregos e caráter disciplinador do desemprego.

A oposição ao gasto público viria do desejo capitalista de manter as políticas econômicas reféns do seu estado de confiança (KALECKI, 1943, p.350). Quanto menor for a intervenção estatal, mais o nível de emprego e de atividade da economia dependerá do chamado “estado de confiança” empresarial, fato que permitirá à esta classe impor alto custo econômico para eventuais políticas que desagradem seu “estado de confiança”. Kalecki (1943, p.350), então, sugere que o Estado ficaria “refém” das vontades empresariais para promover a renda e o emprego.

Por exemplo, Alexander (1948), ao analisar os argumentos contra um projeto de lei que visava garantir o pleno emprego nos EUA em 1945, notou que os opositores expressavam seu descontentamento argumentando que a “sociedade” se recusaria financiar os gastos “promotores de

---

<sup>11</sup> Kalecki (1944) destaca a dificuldade política deste caminho para o pleno emprego e defende a sua combinação com políticas de déficits.

<sup>12</sup> Vale mencionar que em uma economia fechada, uma variação dos gastos autônomos faz com que a renda varie na mesma direção, mas em um múltiplo do gasto inicial. Este componente multiplicador do gasto autônomo é positivamente afetado pela propensão marginal média a consumir de uma sociedade e negativamente pela alíquota tributária média (ver Kalecki, 1954[1977], p.84).

desordem social”. Neste argumento, apesar de estar embasado na falácia de financiamento privado do gasto público, fica implícita a forma de poder que o mercado financeiro deseja continuar exercendo sobre a forma como o Estado gasta seu dinheiro. Ainda na linha ilustrativa do motivo mencionado por Kalecki, Sortiropoulos (2011) destaca o fato de que, apesar de os interesses dos capitalistas serem distintos a depender do ramo de atuação, a busca pelo *laissez-faire* é capaz de uni-los em um objetivo comum. Nos termos de Kalecki (1943), a aglutinação de interesses advém do fato de o liberalismo aumentar o poder exercido pelo mercado sobre o Estado e suas políticas econômicas.

A oposição à geração de empregos também é uma oposição ao gasto público, como a anterior, mas é direcionada ao objetivo deste gasto e se apoia em uma oposição de valores. Kalecki (1943) sugere que os capitalistas não tendem a se opor quando o déficit ocorre por conta de subsídios ao capital, porém, quando o déficit é utilizado para gerar empregos ou subsidiar o consumo das massas, ele acaba atacando frontalmente a posição privada de ser o responsável por decidir quantos e como empregar. Esta situação se equipararia, na visão empresarial, como o Estado tomando o lugar do mercado. Alexander (1948) sintetiza o argumento explicando que o gasto público gerador de empregos atacaria frontalmente a máxima capitalista de que “cada um deve buscar o pão de cada dia com o suor do seu próprio esforço”.

Ainda que as dificuldades expostas fossem superadas e o pleno emprego fosse hipoteticamente atingido, surgiria, então, a dificuldade para sua manutenção. Enquanto as outras duas razões supramencionadas referem-se à dificuldade política em se atingir o ponto de pleno emprego, *o caráter disciplinador do desemprego* seria um empecilho para a manutenção deste ponto (KALECKI, 1943). Esta oposição capitalista à situação de pleno emprego seria oriunda do fato que a taxa de desemprego mantida em níveis baixos reduziria o custo do trabalhador de ficar desempregado, incentivando-o assumir posições mais assertivas na barganha salarial.

Neste contexto, vale partir agora para a análise de Kriesler et al. (2020, p.13), os quais modelam este custo do desemprego como:

$$c = (P_D + P_R)n(w - \sigma) \quad (1)$$

Em que  $P_D$  representa a probabilidade de destruição do posto de trabalho e  $P_R$  a probabilidade de substituição do trabalhador empregado por um outro à margem do mercado de trabalho. A variável  $n$  denota a duração média do desemprego,  $w$  é o salário real recebido no setor privado e  $\sigma$  é a remuneração que o desempregado recebe, que pode ser nulo na ausência de seguro-desemprego ou qualquer outra remuneração equivalente. Diante da manutenção de uma taxa de desemprego baixa, o tempo médio de duração do desemprego ( $n$ ) tende a cair gradativamente, reduzindo, *coetris paribus*, o custo do desemprego ( $c$ ) e intensificando o conflito distributivo.

Desta forma o “*dilema kaleckiano*” pode ser representado pelo fato de o agente responsável pelo “estímulo externo”, que conduziria a economia capitalista ao pleno emprego, ficar incapacitado de realizar tal condução não por motivos técnicos e econômicos, mas políticos. Em suma, o dilema kaleckiano reside no antagonismo das classes e se manifesta na barreira política para se atingir e manter um ponto teoricamente/economicamente viável. A solução deste dilema consistiria em desenvolver ferramentas econômicas capazes de mitigar os efeitos deste antagonismo e possibilitar um sistema de baixo desemprego (*quiza* pleno emprego) e estabilidade de preços<sup>13</sup>.

Formalmente, Kriesler et al. (2020, p.18) representaram a essência deste dilema por meio de uma variável  $Z$ , que denota o grau de intensidade do conflito distributivo e é função inversa do custo do desemprego ( $c$ ) e de um índice de barganha social ( $B$ ), conforme equação (2):

$$Z = Z(c, B), \quad Z_c, Z_B < 0 \quad (2)$$

Assim, o grau de intensidade do conflito ( $Z$ ) será tão menor quanto maior for o custo de o trabalhador ficar desempregado ( $c$ ), pois custos elevados desestimulariam posturas mais conflituosas sob a ameaça de perder a fonte de renda. Já a variável  $B$  seria uma variável institucional influenciada pelo grau de participação dos trabalhadores nos termos e condições empregatícias oferecidos pelas firmas (KRIESLER et al., 2020, p.18). Esta última variável reflete a intuição de que os trabalhadores seriam menos estimulados a intensificar o conflito distributivo por meio de greves e paralisações se as condições de trabalho tivessem sido mutuamente acordadas.

Um exemplo histórico de sucesso na superação do dilema kaleckiano foi o Plano RM, aplicado na Suécia durante o período do pós-guerra. Não raro, o país é tido como exemplo institucional que conseguiu moderar o índice de barganha social ( $B$ ) para compensar a queda do custo do desemprego ( $c$ ). A seção seguinte levantará três argumentos da função do índice de barganha social, que entendemos como centrais para a estrutura do modelo RM.

### **3 O modelo Rehn-Meidner e o Dilema Kaleckiano**

Ainda que o contexto econômico e geopolítico do período do pós-segunda guerra favorecesse a moderação do conflito em boa parte dos países do hemisfério norte, um olhar atento sobre os dados de desemprego e inflação evidencia a estabilidade nos índices suecos por quase três décadas. O quinquênio 1950-1955 registrou média de desemprego de 1,8% com 5,4% de inflação, enquanto 1955-1960 manteve o nível de desemprego, mas com uma inflação ainda menor de 3,7%. A década de 1960 registrou uma queda do desemprego para 1,5% na primeira metade e volta para 1,8% na segunda metade com mudança no patamar inflacionário, que saiu de 3,7% para 4,4%. Mesmo diante a perturbação da estabilidade internacional com o choque do petróleo de 1973, que acelerou a inflação

---

<sup>13</sup> Já que a inflação de demanda não seria um fenômeno persistente, a estabilidade de preços refletiria um conflito distributivo estável.

em quase todos os países ao redor do mundo na década de 1970, a pequena e aberta economia sueca verificou um aumento da média anual de desemprego para 2,1% na primeira metade dos anos 1970 e queda para 1,9% na segunda metade, enquanto o índice de preços teve média anual de 8% em 1970-1975 e 10,5% em 1975-1980 (BOHLIN, 2014, p.123). Crouch (1985) compara os dados de dezoito países e constata a excepcionalidade sueca no que tange à conciliação de baixo desemprego e estabilidade de preços, comparáveis somente com Noruega e Áustria, mesmo diante do choque do petróleo na década de 1970.

A condução de política econômica deste período foi estabelecida com base em um plano econômico formulado por Gosta Rehn e Rudolf Meidner em 1951, que recebeu a alcunha de plano RM. Apesar do sucesso relativo do plano, Meidner (1993) sugere que a ascensão da ideologia neoliberal a partir de meados de 1970 foi alterando gradativamente o principal objetivo da política econômica do pleno emprego para a estabilidade de preços até que, após a crise cambial em 1992 e 1993, a taxa de desemprego ultrapassou o patamar de 5%, onde permanece acima até o fechamento deste texto.

Para Meidner (1969), estabilidade econômica do ponto de vista do gestor doméstico não significava inflação estável. Mesmo com uma economia doméstica equilibrada, choques externos exógenos poderiam provocar aceleração dos preços. Porém, a tolerância da autoridade política em relação a esta aceleração deveria estar relacionada com a capacidade de os produtos domésticos permanecerem competitivos no mercado internacional e com o impacto destes choques sobre a distribuição de renda. Se estas variáveis (competitividade e distribuição) conseguissem ser administradas domesticamente, ainda que isso implicasse nível maior de inflação, Meidner (1969) consideraria este cenário como estável. A estabilidade doméstica definida nestes termos, segundo o autor, deveria ser o principal objetivo da política econômica, fato que começou a ser fortemente atacado a partir dos anos 1970, quando a estabilidade econômica passou a ser associada tão somente com inflação baixa.

Diferentemente dos “caminhos” apresentados por Kalecki, Meidner (1969) sugeria que o estímulo de demanda efetiva deveria cessar ligeiramente abaixo do limite estabelecido pela oferta, enquanto o restante do desemprego seria combatido por políticas ativas no mercado de trabalho (detalhadas na próxima subseção). Meidner (1993, p.220) tratava esta abordagem como a “terceira via” entre a abordagem norte-americana do livre mercado e o planejamento central comunista. Nas palavras do autor (MEIDNER, 1993, p.220):

The Swedish system [...] with an economy that had managed to reconcile market principles with socialist values such as full employment, equality and solidarity, was hailed as the prototype of a 'Third-Way' Society.

Meidner (1986, 1993 e 1997) data a construção das institucionalidades do plano RM já no pós-guerra, sendo seus efeitos sentidos nos anos 1960 e seu desmonte datado a partir dos anos 1970,

apesar de alguns resultados perdurarem até os anos 1990. Ainda que os contextos histórico e cultural possam ter papel importante no sucesso do plano sueco, é possível destacar alguns aspectos técnicos que podem ser teorizados a partir da literatura kaleckiana da seção anterior como atenuantes do conflito distributivo. Cada subseção a seguir será destinada a destacar um aspecto do plano RM relevante para explicar o comportamento do índice de barganha (B) favorável para estabilidade econômica do país nórdico.

### **3.1 Modelo de Bem-estar social do plano RM**

Diferentemente de seus modelos contemporâneos, o plano RM caracterizava-se pela “universalidade” de suas políticas. Esping-Andersen (1990) sugere três grandes arcabouços de modelos de bem-estar social existentes no pós-guerra. O primeiro seria baseado nas institucionalidades estadunidenses e canadenses, por exemplo, onde as políticas sociais eram prestadas a cidadãos marginalizados, que ficavam estigmatizados pelo recebimento de um benefício entendido como uma forma de “ajuda” ao necessitado. Já o segundo seria o modelo europeu ocidental de bem-estar social (e.g.: França e Alemanha), o condiciona o recebimento do benefício social à participação do cidadão no mercado de trabalho, acentuando as desigualdades ali existentes. Por fim, o plano RM poderia ser classificado dentro de um terceiro grupo de modelos, junto com os modelos de bem-estar verificados nos demais países escandinavos, em que os benefícios sociais eram tratados como direito de todo cidadão garantido pelo Estado em nome da sociedade (HILSON, 2008).

Hilson (2008) destaca que a busca por um sistema social mais equânime era baseada na ideia de que haveria uma sinergia entre crescimento econômico e bem-estar social. Se por um lado o crescimento econômico era necessário para manter a harmonia social, que levava a estabilidade do sistema de bem-estar amplo e benevolente, por outro lado, este modelo era visto como central para política de crescimento. Resumidamente, a ideia do modelo de bem-estar social sueco, desde sua formulação inicial, estava pautada na busca pelo aumento da produtividade, pois seria este aumento que, junto com as políticas de demanda agregada, garantiriam a manutenção da taxa de crescimento econômico e, conseqüentemente, a harmonia social (HILSON, 2008, p.57).

Um outro programa de suma importância para o modelo de bem-estar social foi o “programa de um milhão de lares”, que transformou o déficit habitacional sueco em superávit no espaço de menos de uma década. Em meio a crescente urbanização do país, o parlamento sueco aprovou um plano residencial em que o governo central deveria agir em conjunto com os governos locais para construir um milhão de moradias entre 1960 e 1974 (HALL e VIDÉN, 2005). Entre reformas e construções, o déficit habitacional foi negativado por meio de políticas de subsídio ao financiamento, subsídio à construção privada e até mesmo construção pública do imóvel. As residências do “programa de um milhão de lares” serviam à estratégia de urbanização planejada regional e, idealmente, deveriam construir moradias de padrão qualitativo semelhante.



Ahnland (2020, p.233) destaca o papel das autoridades regionais na execução dos programas de bem-estar:

Em um salto modernista, SAP [Partido dos trabalhadores sueco] concretizou as ideias visionárias de engenharia social que surgiram nas décadas anteriores. O partido lançou um ambicioso programa de bem-estar onde a municipalidade teve um papel central no fornecimento de instalações como creches, escolas, lares de terceira idade e habitação para o público em geral.

Um corolário importante desta “engenharia social” foi o crescimento da oferta de empregos públicos para atender a demanda dos serviços de bem-estar. Ahnland (2020) destaca que após implementação do “plano de um milhão de lares”, a variação da participação dos salários na renda passou a seguir de perto a variação do investimento público e habitacional como proporção da renda (AHNLAND, 2020, p.235). Este é um forte indício de que o pleno emprego vinha permitindo os trabalhadores barganharem parcelas cada vez maiores da renda, fato que foi acomodado não pelo acirramento do conflito, mas com a interferência estatal no nível de emprego.

Em suma: características como universalidade, participação sindical, o foco nas municipalidades e harmonia entre crescimento e bem-estar eram importantes para retratar o modelo de bem-estar do plano RM. Para além do conflito distributivo ressaltado por Kalecki (1944[1990]), estas características nos ensinam a importância de se ter um modelo de bem-estar com ampla participação da sociedade e com decisões pouco centralizadas. Esta combinação torna o programa menos suscetível a eventual descontinuidade por oposição política.

Mudando o foco analítico da análise para a participação dos lucros na renda, também podemos ver uma forte interferência estatal no sentido de tributar lucros elevados para compensar os gastos exigidos pelo sistema de bem-estar. Este referido sistema era a parte “*garantista*”<sup>14</sup> de um modelo que enquanto concedia direitos e benefícios sociais por um lado, pelo outro, atuava moderando as demandas salariais.

Para estudar a composição deste fundo formado por tributos sobre os lucros extraordinários, será preciso estudar as políticas de mercado de trabalho do plano RM, tarefa relegada para a próxima subseção.

### **3.2 Política de cooperação salarial.**

Conforme Meidner (1997), o modelo RM estava pautado sobre dois componentes essenciais: pleno emprego e igualdade. Meidner (1969) tinha claro que a proximidade com o pleno emprego traria maior intensidade às demandas salariais e, como um economista com histórico sindical, Meidner (1989) argumentava que não poderia se esperar outro comportamento dos sindicatos trabalhistas. Tais entidades são formadas por membros eleitos pelos trabalhadores para representar seus interesses e não podemos esperar que esta instituição restrinja suas demandas quando seus

---

<sup>14</sup> O “garantismo” aqui é utilizado como um termo que representa uma interferência pública direta na vida de seus cidadãos a fim de garantir os seus direitos.

associados estão ganhando poder de barganha (MEIDNER, 1989). Se o pleno emprego for o objetivo desta economia, caberá ao governo conter o crescimento das demandas salariais para além de limites que estabeleçam uma escalada do conflito distributivo.

Esta percepção de Meidner (1969, 1989) é teoricamente corroborada por Perraton (2018), que defende o papel do governo como mediador do conflito entre capital e trabalho. Perraton (2018) enfatiza a importância do Estado Sueco como intermediador do conflito por meio da lógica de cooperação em vez de competição. Perraton (2018) destaca que após realizado o acordo bilateral entre firmas e trabalhadores, ambos os lados possuem estímulos para romper com o que foi combinado. Independentemente ser trabalhadores ou firmas, quem romper o acordo primeiro gozará de ganhos reais extraordinários até que a outra parte reaja. O fato de o plano RM contar com o Estado intermediando esta relação rompe com este estímulo à quebra de acordo. Perraton (2018) exemplifica a retirada de subsídios a determinados ramos industriais ou a taxaço salarial como formas de penalizar comportamentos desviantes individuais a ponto de desmotivar a quebra de acordo de maneira agregada.

Historicamente, foi em meados dos anos 1950 que a confederação sueca de empregadores (SAF) convidou a organização trabalhista (LO) para negociação salarial a nível nacional. A centralização das negociações salariais é tida por uma parte da literatura como capaz de conter as demandas salariais<sup>15</sup> ao incorporar as externalidades negativas de outros setores. Isto porque os salários negociados por alguns trabalhadores afetam o custo de vida de outros trabalhadores. Assim, mesmo diante uma eventual melhora do salário de uma parcela, a falta de coordenação da barganha pode corroer o valor real do salário da parcela não incluída no acordo, anulando o ganho em âmbito agregado. Caso a barganha seja centralizada, a negociação levará em conta o efeito geral do aumento salarial, sendo assim, a barganha passaria a incorporar as externalidades negativas de uma parcela sobre a outra, moderando a demanda parcial para manter o ganho agregado (CALMFORS, 1993; CALMFORS e DRIFILL, 1988). Tanto empregados como empregadores ficariam desestimulados à postura conflitiva, substituindo a “mão invisível do mercado” pelo que Storm e Naastepad (2012) chamaram de “aperto de mão visível”<sup>16</sup>.

Para além do “aperto de mão visível”, também existiam políticas ativas no mercado de trabalho com vistas a corrigir desequilíbrios setoriais que poderiam emergir a partir dos estímulos de demanda (MEIDNER, 1969). As barras do gráfico 1 ilustram o volume excedente de oferta de trabalho em cada setor de uma economia composta por cinco setores. Supondo que o nível de

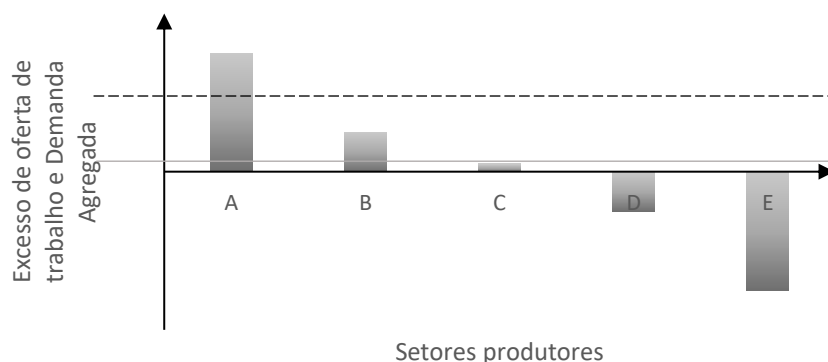
---

<sup>15</sup> Há um debate sobre o formato da curva de salários no eixo da centralização sindical. Contudo, como este texto foca no caso sueco, o qual não há questionamentos sobre o efeito da centralização, não entraremos no debate teórico sobre o formato da curva (para detalhes do debate ver Crouch, 1985; Wallerstein, 1990 e Calmfors, 1993).

<sup>16</sup> Esta cooperação inibiria o que Lavoie (2014, cap.8) referiu-se como “*wage-wage inflation*”.

demanda atual está representado sobre a linha das abscissas no eixo 0, uma política econômica que vise extinguir o desemprego agregado deslocando a demanda agregada para curva preta tracejada, além de não eliminar o desemprego do setor A, pressionará a inflação salarial de todos os demais setores. Assim, a proposta de Meidner (1969, 1993) era estimular a demanda agregada até um ponto abaixo do pleno emprego, por exemplo, até a linha cinza contínua. A partir deste ponto, o desemprego seria combatido por uma política ativa do mercado de trabalho e não mais por estímulos de demanda agregada. Nessa perspectiva a força de trabalho excedente dos setores A e B precisariam ser realocadas para os setores C, D e E.

**Gráfico 1 – Desemprego por setores da economia**



*Fonte: Meidner (1969, p.173)*

Supondo que os setores estejam em ordem crescente de complexidade tecnológica do A ao E, a realocação da mão-de-obra requererá não apenas cargos disponíveis no setor E, mas treinamentos. Assim, além de estimular a economia até um nível próximo do pleno emprego via estímulos de demanda, o modelo RM também se utilizava de um programa de treinamento da força de trabalho para setores estratégicos, como os de produtos de maior complexidade tecnológica, mitigando a pressão inflacionária nos setores chaves (MEIDNER, 1969).

Esta lógica setorial da oferta de trabalho era compreendida por boa parte da sociedade, inclusive os trabalhadores. Meidner (1986) destaca que os sindicatos trabalhistas trabalhavam em favor da modernização produtiva, ainda que isso implicasse em perdas locais de postos de trabalho. A modernização produtiva era tratada como uma política macroeconômica que permitia o crescimento da produtividade e, conseqüentemente, a manutenção do crescimento real dos salários. No entanto, Meidner (1986) destaca que esta simpatia sindical com a modernização não acontecia de forma ingênua, mas como parte de um acordo implícito de que se mantida a competitividade da indústria doméstica, o governo se comprometeria em eliminar desemprego involuntário e manter o amplo sistema de bem-estar social.

Depois de destacar o aperto de mão visível e a política ativa de mercado de trabalho, um terceiro fator de destaque do modelo RM é o fato deste estar baseado no que Meidner (1986) chamou

de “política de solidariedade salarial”, que poderia ser resumida pela ideia de que empregos iguais deveriam pagar salários iguais<sup>17</sup> (MEIDNER, 1989, p.17). A política de solidariedade salarial se pautava pela lógica de que os salários negociados em âmbito nacional não poderiam estar relacionados com a capacidade de pagamento do empregador, mas pelo tipo de serviço prestado, além de possíveis adicionais relacionados com o tempo de serviço na mesma empresa e destreza individual. Com exceção destes pequenos adicionais qualitativos, empregos iguais pagavam salários semelhantes independente da lucratividade da firma, o que reduziu o intervalo salarial entre as categorias.

Por outro lado, no entanto, a redução da dispersão salarial em torno do salário médio tinha efeito distinto para firmas de alta e baixa produtividade. As firmas de baixa produtividade, acostumadas a pagar os menores salários do mercado de trabalho, tiveram seus custos elevados e foram obrigadas a investir em tecnologia para aumentar sua produtividade. Em casos mais extremos, quando a produtividade das firmas menores não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento médio, elas saíam do mercado para dar lugar a novos entrantes capazes de pagar os salários acordados e ainda obter a lucratividade desejada. Já do ponto de vista das firmas de alta produtividade, que já costumavam pagar salários maiores do que média de mercado, estas gozavam de lucros extraordinários provocados não por sua eficiência, mas pela política de moderação salarial oriunda da solidariedade salarial (MEIDNER, 1969). O aumento dos lucros não reinvestidos das firmas mais produtivas provocados pela política de moderação salarial eram taxados e destinados à composição de um fundo público de recursos sob controle da LO (MEIDNER, 1989).

Contudo, Erixon (2008, p.374-375) destaca que em meado da década de 1980, a política de coordenação foi substituída por políticas de flexibilização do mercado de trabalho. Já nos anos 1990 foi possível verificar diferenças salariais significativas não apenas entre distintos ramos das indústrias, mas também entre trabalhadores de diferentes qualificações. Em que pese o contínuo crescimento da produtividade sueca, a parcela dos lucros na renda se mostrou excepcionalmente alta durante os anos 1990 tanto em um contexto internacional como em uma perspectiva histórica. Mas dentro deste contexto internacional, mesmo com a crise cambial e o alto desemprego, a Suécia seguiu sendo um dos países com maior equalização salarial entre seus pares (ERIXON, 2008, p.375).

Em suma, do que se apreende da literatura sobre o modelo RM nesta subseção, temos a combinação do aperto de mão visível com uma política ativa do mercado de trabalho e uma taxaço sobre o lucro extraordinário a partir de uma política de solidariedade salarial. Estas características descritas combinadas não são peculiaridades culturais da Suécia e podem ser compatibilizadas com a literatura Kaleckiana descrita na seção anterior. Um economista formado na tradição kaleckiana poderia enxergar esta taxaço sobre lucros extraordinários como uma forma de taxaço de consumo

---

<sup>17</sup> O mote original era expresso como “*Equal pay for equal work [...]*” (MEIDNER, 1989, p.17).

capitalista e estímulo de consumo das massas, defendido por Kalecki (1944[1990]) como um caminho de menor resistência ao pleno emprego.

Portanto, a combinação do aperto de mão visível, da política ativa de mercado de trabalho e da taxaço sobre lucros extraordinários consistiria em um arcabouço já utilizado capaz de aumentar o índice de barganha social (B), tal como definida na seção 2. Pelo fato destes três aspectos estarem atrelados a um sistema solidário e que não se restringe apenas à questão salarial, por questões práticas, nos referiremos à esta combinação descrita nesta seção como uma “política de cooperação salarial”.

### 3.3 Redução da vulnerabilidade externa

Por último, mas não menos importante, um aspecto fulcral do modelo RM diz respeito ao combate à vulnerabilidade externa. Mesmo diante do choque do petróleo de meados dos anos 1970, um dos cenários globais mais desafiadores do século XX depois da grande depressão, a Suécia conseguiu manter seu sucesso relativo aos demais países, conforme evidenciado na tabela 1. Esta comparação nos ajuda a compreender a importância de destacar esta blindagem sueca em relação ao resto do mundo como uma das características de destaque do plano RM.

**Tabela 1 – Desemprego e inflação no período 1973-1984**

País	Desemprego	Varição do índice de preços ao consumidor
Suécia	2,30%	10,20%
Bélgica	8,20%	8,10%
Finlândia	4,70%	10,50%
França	5,70%	11,20%
Alemanha	4,10%	4,90%
Itália	7,20%	16,70%
Holanda	7,30%	6,50%
Noruega	2,10%	9,70%
Reino Unido	7,00%	13,50%
Irlanda	8,80%	15,70%
Espanha	9,10%	16,40%
<b>Média Europa Ocidental</b>	<b>6,05%</b>	<b>11,22%</b>
Austrália	5,90%	11,30%
Canadá	8,10%	9,40%
Reino Unido	7,40%	8,20%
Japão	2,10%	7,60%

Fonte: Maddison (2007, p.134)

Enquanto muitos países passaram a ter câmbio flutuante já nos anos 1970 e 1980, Erixon (2008, p.374) relata que só em 1993 o país nórdico adotou taxa de câmbio flutuante. Além de se proteger de ataques especulativos contra o valor da sua moeda por meio do controle de capital e

câmbio administrado, o Plano RM tinha políticas ativas que visavam a mudança estrutural de sua economia para se proteger contra uma eventual crise de Balanço de Pagamentos (MEIDNER, 1986).

A exposição externa da indústria sueca pode ser representada por uma estrutura compartilhada por muitos países periféricos até o dia de hoje e formada por setores protegidos e outros expostos à competição internacional. O contraste desta estrutura é que enquanto a parcela exposta necessita aumentar a competitividade de seus produtos, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa, os trabalhadores da parcela protegida poderiam sofrer com a redução da demanda por trabalho trazida pelo necessário aumento da produtividade e constante introdução de inovações. Meidner (1986, p.91) relata que os preços da indústria alimentícia, setor protegido da competição internacional, cresceram por muito tempo acima da média do índice de preços ao consumidor. O relatório do sindicato da indústria alimentícia dos anos 1960, analisado por Meidner (1986), deixa claro que o apoio dos trabalhadores às políticas voltadas para inovações dos setores exportadores estava condicionado à contrapartida de uma política pública que mitigasse os danos sobre os trabalhadores. Dentre as exigências sindicais estavam a garantia de autossuficiência alimentícia com uma ampla variedade de alimentos com alta qualidade que atendessem as preferências dos consumidores locais. Isto é, a política de estímulo à indústria exportadora era acompanhada de políticas que visassem garantir o abastecimento interno com objetivo de combinar a estrutura de oferta com a estrutura de demanda doméstica e, essencialmente, de famílias socialmente mais vulneráveis.

Esping-Andersen (1990) destaca que a moderação salarial via negociação central era utilizada de maneira mais intensa em cenários internacionais restritivos visando estimular a competitividade das exportações suecas. Contudo, além das medidas compensatórias já mencionadas pelo sacrifício dos trabalhadores, o programa de treinamento da força de trabalho exercia um papel complementar à esta moderação no sentido de qualificar a mão de obra visando não apenas aumentar sua produtividade, mas também reduzir o custo de treinamento das empresas exportadoras, evitando que a competitividade fosse alcançada apenas via contenção salarial. A política ativa de mercado de trabalho descrita na subseção anterior tinha efeito direto sobre a competitividade das indústrias exportadoras no sentido de aumentar a oferta de mão de obra qualificada para exercer postos de trabalhos com características distintas das que costumavam predominar (MEIDNER, 1986).

Diante da percepção sindical quanto à importância de se manter a competitividade da indústria doméstica via estímulos às inovações, os sindicatos suecos montaram uma estrutura institucional de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Os estudos no tema eram divididos em três níveis: central, regional e local com apoio das universidades e das lideranças sindicais municipais (MEIDNER, 1986). Tal estrutura era complementada com crédito direcionado a partir de recursos acumulados com a taxação dos lucros extraordinários. Não obstante, a partir de 1965 o Estado forneceu diretamente

crédito de longo-prazo para empresas exportadoras de regiões subdesenvolvidas através de companhias financeiras especialmente criadas para tanto (QUINTAS e IANONI, 2021).

Portanto, apesar do momento internacional propício para a estabilidade econômica da maioria dos países, a Suécia do plano RM se diferencia ao utilizar o sistema de bem-estar social e a política cooperação salarial para combater sua vulnerabilidade externa. Este cenário favorável do BP permitiu que a Suécia passasse pelos dois choques do petróleo na década de 1970 e 1980 com menos dificuldade do que os países com economias de tamanho equivalente (ver Crouch, 1985), vindo a adotar câmbio flexível apenas em 1993. Como argumentado por Bastian e Setterfield (2020), choques cambiais constituem fontes importantes de acirramento do conflito que podem vir a converter-se em processo inflacionário. Assim, do ponto de vista deste trabalho, importa destacar as características mencionadas como também sendo importantes para garantir a estabilidade econômica tal como definida por Meidner (1969). Pois, ainda que a inflação tenha crescido no período, a competitividade das exportações suecas foi mantida estável, assim como a distribuição de renda.

Assim, chegamos em um terceiro argumento para a função do índice de barganha social a luz da experiência do plano RM, qual seja: redução da vulnerabilidade externa. No caso estudado, isso foi feito através da combinação de cinco fatores mencionados nessa subseção: 1) controle de capital; 2) conciliação da estrutura de oferta com a demanda doméstica; 3) treinamento da força de trabalho; 4) estrutura institucional de P&D; 5) crédito direcionado para setores exportadores da economia. A competitividade dos exportados estava intimamente ligada com política de cooperação salarial tanto pela via de contenção salarial beneficiando setores estratégicos como pela via do financiamento oriundo de recursos tributados com base nos lucros extraordinários obtidos pela referida contenção e, principalmente, pela via do treinamento da força de trabalho para o desenvolvimento de setores estratégicos.

A tabela 2 resume as principais características mencionadas de cada uma das instituições destacadas neste estudo:

**Tabela 2 – Resumo das características das institucionalidades do plano RM**

Instituições:	Sistema de bem-estar social	Política de Cooperação salarial	Redução da vulnerabilidade externa
Principais Características	Universal	“Aperto de mão Visível” <sup>18</sup>	Controle de fluxo de capitais internacionais
	Harmonia entre crescimento econômico e bem-estar	Políticas ativas no mercado de trabalho	Conciliação da estrutura produtiva com a demanda doméstica
	Participação ativa dos sindicatos	Solidariedade salarial com taxação de lucros	Treinamento da força de trabalho
	Construção de moradias		Estrutura institucional de P&D

<sup>18</sup>O “aperto de mão visível” é uma síntese que engloba a centralização e mediação pública do conflito com a alta taxa de sindicalização.

Papel forte das municipalidades

Crédito direcionado para setores  
exportadores da economia.

Alta participação de empregos  
públicos

Fonte: *Elaboração própria*

Esta seção resumiu os caminhos através dos quais a política econômica do plano RM conseguiu conciliar décadas de pleno emprego e estabilidade do conflito. Agora nos resta entender como o PGE seria capaz de reproduzir estas características a fim de lidar com o dilema kaleckiano.

#### **4 O programa de garantia de empregos como “quarto” caminho para o pleno emprego**

Hyman Minsky foi um autor com fortes inspirações kaleckianas ao longo de suas obras<sup>19</sup> e que propôs um caminho alternativo aos de Kalecki para o pleno emprego. Enquanto Meidner (1997) defendia pleno emprego e “igualdade”, Minsky (1965) similarmente arguia em favor do pleno emprego como “guerra contra a pobreza”. Ciente da dificuldade de evitar o impacto dos ciclos econômicos sobre os trabalhadores mais vulneráveis, Minsky (1965; 1969 a,b,c; 1986) propôs um programa de Empregador de Última Instância como forma de vencer a guerra contra a pobreza e atingir o pleno emprego. Em linhas gerais, pelo fato de o Governo ser o único agente capaz de separar a decisão de empregar da lucratividade, ele deveria oferecer uma demanda totalmente elástica por trabalho a determinado nível salarial.

Além de mitigar o impacto dos ciclos econômicos sobre a população mais vulnerável, Minsky (1969a, p.53) tinha a preocupação de regular o mercado de trabalho para que a estrutura salarial não ampliasse a diferença entre a remuneração dos trabalhadores mais bem-pagos em relação aos de menor provento. Minsky (1969b) tinha claro que o combate a pobreza tinha que estar associado com a criação de postos de trabalho com remunerações não tão desiguais. É a partir destas inquietações que a proposta de Empregador de Última Instância também assume o papel de garantir um piso salarial controlado pelo governo, que deveria crescer acima da produtividade ao passo que os salários mais altos deveriam, compensatoriamente, crescer abaixo da produtividade de forma a manter uma economia de “harmonia social” (MINSKY, 1969c, p.56). Isto é, uma economia que os novos empregos gerados não acirrem o conflito distributivo de forma a prejudicar os trabalhadores que já estavam empregados.

Até os anos 1990, Hyman Minsky ganhou mais notoriedade pelo seu trabalho de hipótese da instabilidade financeira e foi só na virada do século XX que sua proposta de Empregador de Última Instância voltou a ser debatida academicamente. Randall Wray (1997) retomou a proposta de Empregador de Última Instância e avançou sobre a forma de financiamento do programa, ponto que Minsky ainda não tinha abordado em seus trabalhos. Os avanços seguiram e a proposta de Minsky

---

<sup>19</sup> Para detalhes da influência de Kalecki sobre o pensamento de Minsky, ver Minsky (2013).



ganhou uma alcunha mais simpática ao debate público e se disseminou como PGE a partir dos trabalhos de Tcherneva (2018, 2020).

Para além do exemplo escandinavo utilizado por Tcherneva (2018, p.62) e mencionado na introdução deste trabalho, é possível notar semelhanças institucionais entre a política de mercado de trabalho do plano RM e a proposta de PGE. Wray (2007, p.3) ao discutir as motivações para implementar um PGE, sugere que este também seria uma política ativa de mercado de trabalho semelhante à descrita por meio do gráfico 1:

O crescimento econômico [estimulado somente via demanda] pode aumentar a demanda e a produção nos setores líderes, induzindo aumentos de preços que alimentam a inflação medida pelo IPC, ainda que se verifique desemprego substancial em toda a economia; por outro lado, o emprego pode aumentar sem aumentar os preços, se isso [aumento da demanda] ocorrer em setores atrasados que operam abaixo da capacidade [Tradução livre do original].

Diante dos argumentos aqui apresentados, este trabalho defende que o PGE configurar-se-ia em um “quarto caminho” para o pleno emprego pelo fato de mesclar o “caminho” do déficit orçamentário com o da distribuição de renda e, aí a particularidade desta proposta: com uma política ativa de mercado de trabalho. Diferente de todas as outras formas de política econômica listadas por Kalecki (1944[1990]) para se atingir o pleno emprego, o PGE tem a particularidade de não depender exclusivamente dos estímulos de demanda tradicionais. De forma semelhante ao plano de Meidner (1969), o PGE possibilitaria a adoção dos dois caminhos descritos por Kalecki (1944[1990]) até que a demanda agregada ficasse em um ponto próximo, mas ainda abaixo do pleno emprego da força de trabalho. Caberia assim, ao governo oferecer empregos para quem ainda estivesse a margem do mercado de trabalho. No mais, as institucionalidades do programa ficariam a cargo de fazer o direcionamento intersetorial descrito na seção anterior deste trabalho.

Mesmo preservando algumas características da proposta de Minsky, o desenvolver do estudo sobre o PGE fez com que seus autores acrescentassem uma série institucionalidades desejadas para que o programa atingisse os resultados esperados por Minsky. Destas institucionalidades desenvolvidas, aqui nos cabe ressaltar três delas: trabalhos locais, produção voltada para o consumo local e programa de treinamento (TCHERNEVA, 2018)<sup>20</sup>.

A primeira institucionalidade a ser mencionada é a criação de postos de trabalho locais com salários definidos em âmbito federal. Apesar de Wray (1997) sugerir que o programa fosse custeado com recursos públicos federais, a administração dos postos de trabalho deveria ser gerida localmente (TCHERNEVA, 2018). Esta demanda totalmente elástica de trabalho localmente administrada reproduz a ressaltada característica universal do programa de bem-estar social sueco, bem como o reforço do papel das municipalidades ressaltados na tabela 2. A estrutura administrativa descentralizada torna o processo de reversão da política muito mais custoso do ponto de vista político.

---

<sup>20</sup> Em Tcherneva (2018 e 2020) é possível encontrar uma lista maior de detalhes sobre a implementação do programa. Neste trabalho ressaltamos apenas as institucionalidades desejadas que ajudariam a lidar com o dilema kaleckiano.

Um exemplo disso foi que o programa de construção habitacional só conseguiu ser descontinuado nos anos 1990, décadas depois de o partido social-democrata deixar o poder nos anos 1970. Esta combinação de institucionalidades já se mostrou eficaz durante o plano RM e poderia servir de lição para o PGE. O aprendizado que podemos retirar do plano RM para que o PGE possa lidar com o dilema kaleckiano vai no sentido de aproveitar este elo que o programa criará entre as esferas administrativas públicas para coordenar as políticas regionais de mercado de trabalho com os interesses estratégicos do país. Nesse sentido, os postos de trabalho oferecidos regionalmente devem buscar primeiramente atender o consumo local, mas complementarmente familiarizar a força de trabalho com atividades laborais compatíveis com as áreas prioritárias ao planejamento nacional. A oferta de trabalho com atividades tecnologicamente mais complexas, por exemplo, ajudaria na mobilidade intersetorial da mão de obra para ramos industriais com maior complexidade produtiva tal como representado no gráfico 1.

Atualmente, a proposta defendida por Tcherneva (2018, 2020) destaca que os trabalhos locais devem ser direcionados para gerar uma produção que atenda aos moradores das vizinhanças mais necessitadas. Dentre os exemplos de serviços desejados, Tcherneva (2018) cita: cuidado de idosos e crianças, aulas de reforço escolar, aulas de atividades lúdicas e artísticas, manutenção e melhoria de espaços públicos, vigilância de espaços públicos, produção alimentícia comunitária e demais atividades demandadas pela comunidade local e que não agridam o meio ambiente. Estes serviços representariam uma remuneração não pecuniária na forma de serviços de bem-estar social prestados não só para trabalhadores do programa, como para os demais moradores das áreas beneficiadas, fato que reduz os custos financeiros proporcionalmente aos benefícios do Programa.

A criação de postos de trabalho preenchidos pela comunidade local e que gere bens e serviços consumidos pela própria comunidade abre a possibilidade para externalidades positivas sobre a produtividade, potencialmente reproduzindo a característica de harmonia entre bem-estar e crescimento ressaltada na tabela 2. O fato de toda classe trabalhadora ter acesso à serviços de cuidado de criança e idosos tem potencial para reduzir a jornada de horas de trabalho não remuneradas, impactando diretamente no desempenho deste(a) trabalhador(a) em seu emprego privado. Adicionalmente, teríamos o impacto da agricultura familiar mitigando a insegurança alimentar, dos projetos de cultura e esportes melhorando a qualidade de vida operária entre todos os benefícios que vão além da renda recebida pelo trabalhador do programa (TCHERNEVA, 2018). A depender do país a ser implementado, o programa poderia visar até a construção de moradias, como o programa de “um milhão de lares”. Todos estes benefícios geram um sistema amplo de bem-estar social que agirá como “garantia” de direitos trabalhistas que busca replicar a parte “garantista” do sistema cooperativo sueco e suas características ressaltadas na tabela 2.

Em resumo, estas duas primeiras características (trabalhos locais e produção voltada para a comunidade local) do PGE replicam cinco características ressaltadas do plano RM na tabela dois e cria a possibilidade de replicar mais uma destas. As características replicadas mencionadas acima passam pela universalidade do programa, harmonia entre crescimento e bem-estar, papel forte das municipalidades, a alta participação dos empregos públicos e a conciliação entre a produção e a demanda.

Outra característica institucional que reside no cerne da atual proposta de um PGE é o programa de treinamento (WRAY, 2020). A jornada de trabalho remunerada do trabalhador do programa seria dividida em um período de atividades laborais e outro período de atividades de treinamento. Kaboub (2007) sugere que o programa de treinamento visaria a requalificação do operário para retornar ao setor privado em vias de competir com quem, hipoteticamente, se manteve empregado durante todo o período. O programa de treinamento da força de trabalho também era uma característica importante da política ativa de mercado de trabalho do plano RM e da redução da vulnerabilidade externa. Meidner (1969) acreditava no potencial deste programa em direcionar a capacitação da mão de obra para setores que eram estratégicos para o desenvolvimento sueco. Além do direcionamento intersetorial da força de trabalho, o programa de treinamentos cumpriria a função de aumentar a produtividade dos trabalhadores em busca de emprego que, na ausência do PGE, permaneceriam ociosos.

A partir destas três institucionalidades desejadas já elencadas pela literatura do PGE, a tabela 3 resgata as características principais da tabela 2 para nortear as características que são intrínsecas ao programa, as características que já estão replicadas pela literatura existente e as que ainda podemos contribuir a partir da experiência sueca.

**Tabela 3 – Plano RM x PGE**

<b>Principais características do plano RM</b>	<b>Característica do PGE</b>
Universalidade	Intrínseca ao PGE.
Políticas ativas no mercado de trabalho	Intrínseca ao PGE, conforme Wray (2007).
Alta participação de empregos públicos	Intrínseca ao PGE.
Papel forte das municipalidades	Replicado pelos postos de trabalho regionalmente definidos.
Conciliação da estrutura produtiva com a demanda doméstica	Replicada tanto pela produção voltada a atender a população local, como pelo programa de treinamento possibilitando a realocação da mão-de-obra.
Treinamento da força de trabalho	Replicado pelo programa de treinamento destacado em Wray (2020) e Tcherneva (2018).

Harmonia entre crescimento econômico e bem-estar	Replicado pela institucionalidade dos postos locais de trabalho produzindo serviços gratuitos para atender aos trabalhadores locais.
Construção de moradias	Possível de ser incorporado pelos trabalhos gerados.
Participação ativa dos sindicatos	Não replicado pela literatura atual.
“Aperto de mão visível”	Não replicado pela literatura atual.
Controle de fluxo de capitais internacionais	Não replicado pela literatura atual.
Solidariedade salarial com taxação de lucros	Não replicado pela literatura atual.
Estrutura institucional de p&d	Não replicado pela literatura atual.
Crédito direcionado para setores exportadores da economia.	Não replicado pela literatura atual.

Fonte: *Elaboração própria*

Diante do exposto até aqui, para que o PGE consiga reproduzir as principais características institucionais do plano RM, seria preciso adicionar a política de solidariedade salarial como mais uma institucionalidade desejada. Contudo, conforme argumentado na seção anterior, é importante que a política de solidariedade salarial seja acompanhada de uma estrutura sindical. Vislumbramos a possibilidade de o PGE ser utilizado como uma ferramenta para tanto. Claramente isso não seria uma característica intrínseca ao programa, mas dada a necessidade de se criar uma institucionalidade para definir o salário do programa, seria possível fazer com que o salário do programa fosse debatido em um conselho nacional, em que o governo medeie a negociação entre sindicatos patronais, sindicatos trabalhistas e demais entidades de classe interessadas. É necessário que a mediação pública ocorra visando garantir que o salário pago por cada função do programa esteja relacionado com o tipo de serviço prestado.

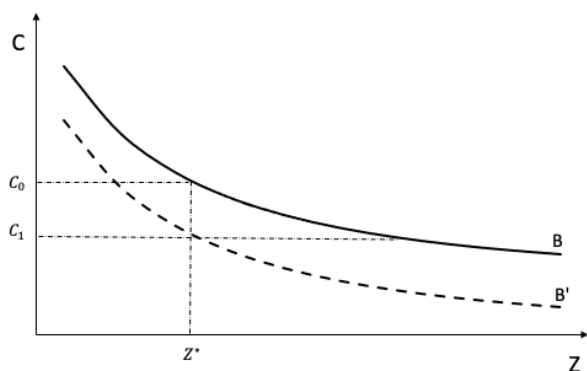
Assim como no caso Sueco, será preciso lidar com os lucros extraordinários não reinvestidos que surgirão por conta da moderação salarial em alguns ramos de atividade. Logo, uma segunda institucionalidade desejada a se acrescentar seria a taxação de lucros extraordinários não reinvestidos para formar um fundo de recursos disponibilizados a fim de ajudar no custeio administrativo do programa. Mesmo que o governo federal não necessite de arrecadação prévia a seu gasto, conforme Kalecki (1944[1990]) ressaltou, a tributação sobre lucros extraordinários, assim como foi no caso sueco, teria o alento político de reduzir o déficit do programa que, como argumentado anteriormente, é um aglutinador de interesses capitalistas, ao passo que a taxação de lucros extraordinários só geraria oposição de uma fração desta classe. A taxação dos lucros não reinvestidos das empresas mais produtivas evitará a concentração demasiada de poder de mercado na mão das firmas mais produtivas. Pode ser que a parcela dos capitalistas taxados se oporá ao tributo gerado, mas a parcela menos produtiva e, portanto, não taxada, se beneficiará da política de estímulo à competição. Desta forma,

além de diminuir o eventual déficit fiscal que o programa venha a gerar, possível aglutinador de interesses capitalistas, a taxação irá dividir os interesses capitalistas.

Por fim, uma última institucionalidade desejada a se acrescentar na busca de replicar os argumentos moderadores do índice de barganha social na Suécia é o controle de fluxo de capital. Ainda que seja algo paralelo à estrutura do programa, o controle de fluxo capital internacional, que priorize a entrada de recursos de longo prazo e penalize o comportamento curto-prazista, se juntaria com a política ativa do mercado de trabalho para tentar reproduzir o argumento da redução da vulnerabilidade externa verificada no plano RM. Mesmo consciente da dificuldade em retomar o grau de vulnerabilidade externa que se tinha em um contexto internacional em que vigorava o acordo de Bretton Woods, a conciliação da estrutura produtiva com a demanda junto com um controle de fluxo de capital internacional e um programa de treinamento adequado para a força de trabalho consistiriam em ferramentas importantes para afastar o limiar derradeiro de uma crise de Balanço de Pagamentos.

Se um PGE conseguir reproduzir esta lista de institucionalidades desejadas, seria possível imaginar um ambiente que, assim como o plano RM, consiga administrar a intensidade do conflito distributivo ( $Z$ ), ainda que o pleno emprego reduza o custo do desemprego ( $c$ ). Gráficamente, seria como se o PGE, ao adotar estas institucionalidades desejadas supramencionadas, consiga deslocar a curva  $B$  para  $B'$ .

### Gráfico 2 – Intensidade do Conflito



Fonte: elaboração própria inspirada em Kriesler et al (2020)

Nesta conjuntura, a combinação de um Estado de bem-estar social, uma política de cooperação salarial e a redução da vulnerabilidade externa permitiria o mesmo nível de intensidade de conflito ( $Z^*$ ), ainda que com um menor custo de desemprego ( $C_1 < C_0$ ). Provavelmente, o contexto que precedeu o plano RM e a situação geopolítica do período foram capazes de fazer com que tal plano aumentasse o índice de barganha social ainda mais do que o PGE seria capaz de fazer ao reproduzir algumas de suas institucionalidades. No entanto, só o fato de se constituir em um meio viável de se reconstruir um sistema universal de bem-estar social e uma política de cooperação salarial após décadas de deterioração das relações trabalhistas, já confere certa vantagem do PGE no que diz

respeito a intensidade do conflito distributivo em um cenário de pleno emprego. Isto é, o PGE tornaria o ponto de pleno emprego menos conflitivo do que este mesmo patamar seria com a atual relação capital/trabalho. Esta reconstrução ajudaria a lidar com a dificuldade de implementar tal política em um sistema neoliberal, tal como arguiu Tymoigne (2013, p.85).

Um limite importante a ser destacado seria no caso de uma demanda efetiva extremamente baixa que tentasse ser combatida apenas com o PGE. No gráfico 1, isso seria representado com alguma curva de demanda efetiva abaixo do eixo das abscissas (localizada no quarto quadrante do plano cartesiano). Este limitante foi bem explorado por Meidner (1969) e relaciona-se com o fato de a política ativa de mercado de trabalho depender minimamente de uma taxa de crescimento perenemente positiva para que o conflito não se intensifique constantemente a ponto de deteriorar a taxa de cobertura sindical e a adesão dos agentes aos acordos institucionais. Caso isso acontecesse, ainda que os acordos fossem feitos em âmbito nacional, o efeito sobre B não estaria garantido no gráfico 2. Vale mencionar que, apesar de não colocar a discussão nestes termos, quando Minsky (1986) está pensando em um programa garantidor de empregos em seus trabalhos mais avançados, ele o coloca dentro de uma estrutura de política econômica que também contaria com o *Big-Bank*, atuando para evitar a deflação de ativos por meio de uma política monetária, e o *Big-Government* atuando para estimular a demanda efetiva através de política fiscal, em que o PGE estaria inserido nesta última. Portanto, apesar de o foco deste trabalho se dar sobre o PGE, o papel das políticas monetária e fiscal são essenciais desde a origem desta proposta e nos termos aqui discutidos pode ser pensado a luz de garantir uma taxa de crescimento positiva que mantenha a demanda efetiva em patamar próximo, mas ainda abaixo do pleno emprego do mercado de trabalho.

## 5 Conclusão

Ao mesmo tempo que a teoria de Kalecki mostrou os “caminhos” econômicos para se atingir o pleno emprego, o autor também apresentou as barreiras políticas que surgiriam para se atingir e manter a economia em tal ponto. O cerne do dilema kaleckiano reside no antagonismo de classes em que, apesar de capitalistas e trabalhadores ganharem com o pleno emprego, esta situação estressa um conflito político. Ainda que o antagonismo de classes seja intrínseco ao capitalismo, o dilema kaleckiano foi administrado por décadas pelo plano RM. Neste contexto, mesmo que as decisões seguissem sendo tomadas no âmbito privado e a produtividade fosse estimulada pelo governo, os trabalhadores tinham sistemas de garantias de seus direitos através de um amplo sistema de bem-estar social. Nos termos do modelo de conflito de Kriesler et al (2020), o modelo nórdico foi capaz de reduzir a intensidade do conflito por meio do aumento do índice de barganha social.

Além do estado de bem-estar social, a revisão do plano RM feita na terceira seção deste trabalho também trouxe a política de cooperação salarial e a redução da vulnerabilidade externa como institucionalidades importantes do plano para afetar o índice de barganha. O sistema de bem-estar

social era caracterizado por ser universal, ter estruturas regionais, ser gerador de empregos públicos e ainda atuar como contrapeso das políticas de moderação salarial para que a classe trabalhadora tivesse suas demandas atendidas por fora do mercado de trabalho, promovendo uma harmonia entre crescimento econômico e bem-estar. Já no mercado de trabalho, a característica predominante era a cooperação salarial, isto é, uma combinação da política do “aperto de mão visível” com políticas ativas do mercado de trabalho combinadas também com a solidariedade salarial e taxaço de lucros. Por fim, um fator menos mencionado, mas de suma importância para estabilidade sueca do período foi sua baixa vulnerabilidade a choques oriundos do sistema monetário internacional. Ainda que o contexto do acordo de Bretton Woods, no qual o plano RM se inseria, possa ser um fator importante para explicar a baixa vulnerabilidade, o trabalho trouxe as políticas ativas do plano RM que visavam reduzir ainda mais a exposição sueca e projetar suas companhias ao mercado global. Cada uma dessas institucionalidades destacadas teve sua contribuição para o aumento do índice de barganha social e, portanto, para redução da intensidade do conflito, ainda que em uma situação de pleno emprego que perdurou por décadas.

Finalmente, a quarta seção recuperou uma proposta teórica de Minsky e a interpretou como um quarto “caminho” para o pleno emprego. A proposta de Minsky era de o Estado oferecer uma demanda totalmente elástica por trabalho alinhada com um programa de treinamento, por isso, defendemos que esta proposta mesclaria os caminhos kaleckiano de déficit orçamentário com distribuição de renda com uma política ativa de mercado de trabalho. Trazendo, desta forma, a possibilidade de as propostas econômicas kaleckianas lidarem com os aspectos políticos ao passo que o estímulo de demanda efetiva seria administrado até um ponto ligeiramente abaixo do pleno emprego, sendo a partir daí, complementado por uma demanda totalmente elástica do setor público. Além de funcionar como um amortecedor automático dos ciclos, que tornaria o combate à pobreza autônomo de uma política fiscal discricionária e facilmente reversível, do ponto de vista político, o PGE também pode incorporar institucionalidades desejáveis para lidar com o dilema kaleckiano.

Assim, a quarta seção também se preocupou em elencar como estas características desejáveis reproduziriam as institucionalidades verificadas no plano RM. Dentre as seis características desejadas, três já estavam listadas pela literatura acessada pelo presente trabalho, são elas: trabalhos locais, produção voltada para o consumo local e programa de treinamento. Mas para que as institucionalidades suecas elencadas fossem completamente reproduzidas, o presente trabalho propôs outras três características desejáveis adicionais a luz da experiência do plano RM: política de cooperação salarial, a taxaço de lucros extraordinários não reinvestidos e o controle de fluxo de capital internacional.

Devemos terminar ressaltando que o presente trabalho buscou trazer elementos institucionais e teóricos para a superação do dilema kaleckiano, mas consciente de que tal dilema não tem solução

fácil e nem definitiva dentro de um sistema capitalista monetário de produção. Neste sentido, a contribuição que esperamos trazer foi no sentido de apontar um instrumento teórico de política econômica pensado por Minsky como potencialmente capaz de reproduzir um arcabouço institucional que já se mostrou eficaz em lidar com os desafios políticos do dilema kaleckiano. Com isso, a etapa seguinte seria a de “engenharia social” para que cada país considere suas prioridades e a forma pela qual seria possível reproduzir as características tidas como desejáveis pela perspectiva aqui adotada.

### Referências

- AHNLAND, Lars. The wage share and government job creation in Sweden, 1900–2016. **Labor History**, v. 61, n. 3-4, p. 228-246, 2020.
- ALEXANDER, Sidney S. Opposition to deficit spending for the prevention of unemployment. **Income, Employment and Public Policy: Essays in Honour of Alvin H. Hansen**, p. 177-198, 1948.
- BASTIAN, E. F.; BASTOS, C. P.; BIELSCHOWSKY, R.; BRAGA, J. Some stylized facts on external shocks and inflation upsurge in Brazil, 1951-1985, Texto para Discussão, Instituto de Economia da UFRJ no 028, 2016.
- BASTIAN, E. F.; SETTERFIELD, Mark. Nominal exchange rate shocks and inflation in an open economy: towards a structuralist inflation targeting agenda. **Cambridge Journal of Economics**, v. 44, n. 6, p. 1271-1299, 2020.
- BOHLIN, Jan. Swedish industrial policy: From general policies to crisis management, 1950–1980. In: Grabas, Christian; Nützenadel, Alexander. **Industrial Policy in Europe after 1945**. Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 113-133.
- CALMFORS, Lars. **Centralisation of wage bargaining and macroeconomic performance: A survey**. OECD Economic Studies n.21, 1993.
- CALMFORS, Lars; DRIFFILL, John. Bargaining structure, corporatism and macroeconomic performance. **Economic policy**, v. 3, n. 6, p. 13-61, 1988.
- CROUCH, Colin. Conditions for Trade Union Wage Restraint. In: Lindeberg, Leon; Maier, Charles S. (Ed.). **The politics of inflation and economic stagnation**. Brookings Institution Press, 1985.
- ERIXON, Lennart. The Swedish third way: an assessment of the performance and validity of the Rehn–Meidner model. **Cambridge Journal of Economics**, v. 32, n. 3, p. 367-393, 2008.
- ESPING-ANDERSEN, C. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Polity Press, Cambridge, UK. 1990.
- HALL, Thomas; VIDÉN, Sonja. The Million Homes Programme: a review of the great Swedish planning project. **Planning Perspectives**, v. 20, n. 3, p. 301-328, 2005.
- HARCOURT, Geoffrey Colin. **The structure of the post-Keynesian economics: the core contributions of the pioneers**. Cambridge University Press, Cambridge -UK, 2006.
- HILSON, Mary. **The nordic model: Scandinavia since 1945**. Reaktion books, 2008
- KABOUB, Fadhel. **Employment guarantee programs: A survey of theories and policy experiences**. Levy Institute of Bard College, 2007. (Working paper, n.498).
- KALECKI, Michal. Political aspects of full employment. **Political Quarterly**. n.4, p.322-331, 1943.
- KALECKI, Michal. Three ways to full employment. In.: Osiatynski, Jerzy. **Collected works of Michal Kalecki: Volume I. Capitalism: Business cycles and full employment**. Oxford University Press on Demand, 1990. Originalmente publicado em 1944.
- KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Capitalista: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1977. Originalmente publicado em 1954.



- KRIESLER, Peter, HALEVI, Joseph, SETTERFIELD, Mark. **Political Aspects of 'Buffer Stock' Employment: A Reconsideration.** The New School for Social Research, NY. 2020. (Working paper.09/2020).
- LAVOIE, Marc. **Post-Keynesian economics: New foundations.** Edward Elgar Publishing, 2014.
- MADDISON, Angus. **The world economy.** Academic Foundation, 2007.
- MEIDNER, Rudolf. Active manpower policy and the inflation unemployment-dilemma. **The Swedish Journal of Economics**, p. 161-183, 1969.
- MEIDNER, Rudolf. Swedish union strategies towards structural change. **Economic and Industrial Democracy**, v. 7, n. 1, p. 85-97, 1986.
- MEIDNER, Rudolf. The Swedish Labour Movement at the Crossroads: Interview with Rudolf Meidner. **Studies in Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 7-31, 1989.
- MEIDNER, Rudolf. Why did the Swedish model fail?. **Socialist Register**, v. 29, 1993.
- MEIDNER, Rudolf. The Swedish model in an era of mass unemployment. **Economic and Industrial Democracy**, v. 18, n. 1, p. 87-97, 1997.
- Minsky, H. P. **Address Presented at a Conference on 'Labor and the War against Poverty'.** Hyman P. Minsky Archive Paper 271. 1965.
- MINSKY, Hyman P. **"Policy and Poverty, Part 1".** Hyman P. Minsky Archive. Paper 8. Levy Institute of Bard College. 1969a. Acesso em : 02/01/2019. Disponível em: [http://digitalcommons.bard.edu/hm\\_archive/8](http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/8)
- MINSKY, Hyman P. **"Policy and Poverty, Part 2".** Hyman P. Minsky Archive. Paper 9. Levy Institute of Bard College. 1969b. Acesso em : 02/01/2019. Disponível em: [http://digitalcommons.bard.edu/hm\\_archive/9](http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/9)
- MINSKY, Hyman P. **"Policy and Poverty, Part 3".** Hyman P. Minsky Archive. Paper 10. Levy Institute of Bard College. 1969c. Acesso em : 02/01/2019. Disponível em: [http://digitalcommons.bard.edu/hm\\_archive/10](http://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/10).
- MINSKY, H. P. **Stabilizing an Unstable Economy.** New Haven (CT): Yale University Press. 1986.
- MINSKY, Hyman P. The relevance of Kalecki: The Useable Contribution. **PSL Quarterly Review**, v. 67, n. 265, p. 95-106, 2013.
- PERRATON, Jonathan. Social Corporatism and Capital Accumulation: The Fate of the Nordic Model. **Intereconomics**, v. 53, n. 4, p. 196-201, 2018.
- QUINTAS, Felipe; IANONI, Marcus. The Rehn-Meidner Plan and the Swedish development model in the Golden Years. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 41, p. 3-22, 2021.
- STORM, Servaas; NAASTEPAD, CW M. **Macroeconomics beyond the NAIRU.** Harvard University Press, 2012.
- TCHERNEVA, Pavlina R. **The job guarantee: Design, jobs, and implementation.** Levy Economics Institute of Bard College, 2018 (Working Paper n.902).
- TCHERNEVA, Pavlina R. **The Case for a Job Guarantee.** Polity Press, Cambridge-UK. 2020.
- TYMOIGNE, Eric. Job guarantee and its critiques: Insights from the new deal experience. **International Journal of Political Economy**, v. 42, n. 2, p. 63-87, 2013.
- WALLERSTEIN, Michael. Centralized bargaining and wage restraint. **American Journal of Political Science**, p. 982-1004, 1990.
- WRAY, L. Randall. **Government as employer of last resort: full employment without inflation.** Levy Economics Institute of Bard College, 1997 (Working Paper n. 213).
- WRAY L.R. Zero unemployment and stable prices. **Journal of Economic Issues**, Vol. 32 pp. 539-46. 1998
- WRAY, L. Randall. **Minsky's approach to employment policy and poverty: employer of last resort and the war on poverty.** 2007 (Working paper n.515).